



22 A 26 DE OUTUBRO DE 2025 - XXIX ENCONTRO NACIONAL DA REDE NACIONAL DE ADVOGADOS POPULARES - 30 ANOS

Relatado por *Paloma Serafim de Barros*
Componente da Comunicação Social da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.
Rikartiany Cardoso Teles
Componente do Fluxo de Funcionamento da Revista Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.

Entre os dias 22 e 26 de outubro de 2025 ocorreu o XXIX Encontro Nacional da Rede Nacional de Advogados Populares que adicionalmente comemorou os 30 anos de existência da Rede, na cidade de Salvador-BA. O evento homenageou Roberto Lyra Filho, jurista e escritor brasileiro. Sua herança teórica e militante pautada pelo Direito Achado na Rua, pela defesa intransigente dos oprimidos e pela crítica ao formalismo jurídico ecoou como um fundamento vivo ao longo de toda a programação. No encontro, contaram-se mais de 150 participantes de 23 estados brasileiros distintos, entre eles estavam além dos próprios advogados populares que fazem parte da rede, integrantes de coletivos e movimentos sociais,

educadores populares e Assessorias Jurídicas Universitárias Populares. A programação do evento obteve como estrutura a ocorrência de mesas temáticas relacionadas à questão de raça, gênero, classe e outros, oficinas e coletivos auto-organizados, e encaminhamentos como finalização para pontuar estratégias para o futuro da Rede. Criada em dezembro de 1995, durante o Seminário em Defesa dos Povos da Terra, a RENAP configura-se como uma articulação nacional de caráter descentralizado e autônomo, que reúne juristas de forma horizontal, sem hierarquias entre seus membros e sem qualquer tipo de discriminação baseada em raça, gênero, orientação sexual, religião, entre outros marcadores sociais. Seu principal



objetivo é oferecer assessoria jurídica popular a movimentos sociais.

A tarde do dia 22 de outubro de 2025, uma quarta-feira, marcou o início do evento na sede da Ordem de Advogados da Bahia (OAB-BA). Foi registrada a presença de diversas autoridades do Estado, para uma abertura carregada de simbolismo e memória. A solenidade foi iniciada através de uma mística cultural do Movimento Sem Terra que se realizou juntamente com advogados populares, um momento de tributo e homenagem às vítimas da violência de dois episódios emblemáticos na luta do campo: o massacre de Corumbiara (RO) em 1995 e, menos de um ano depois, o massacre de Eldorado dos Carajás (PA). Em ambos os casos, a ação de policiais resultou na morte de dezenove trabalhadores sem-terra, violências que expuseram a brutalidade do conflito agrário. Consequentemente, ambos os crimes foram o estopim para a criação da Rede há exatos 30 anos. Posteriormente, as autoridades presentes fizeram o uso da fala e

expuseram a importância da abertura ter ocorrido pela primeira vez no espaço institucional da Ordem dos Advogados no Brasil e que todos os representantes e autoridades postularam os seus compromissos com a realização do cumprimento do direito dos movimentos sociais conjuntamente com a RENAP.





Imagens: Abertura do Encontro Nacional da RENAP, outubro de 2025. Salvador, Bahia. Sede da OAB. Arquivo/RENAP.

Para encerrar o dia, o Centro de Treinamento da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA, local em que os participantes foram alojados, recebeu uma noite cultural, animada por uma banda local que celebrou o primeiro dia de evento.

No dia 23 de outubro, o Centro de Treinamento sediou a abertura oficial da programação com um debate sobre a análise de conjuntura da Rede, reunindo um painel plural composto por Maurício Correia, advogado popular, Lucinha, militante do MST e Samuel Vida, advogado e professor da Universidade Federal da Bahia.

A discussão articulou de forma crítica temas estruturantes e urgentes, como a crise climática, os conflitos fundiários, a segurança pública e o racismo estrutural, ilustrando-os com casos emblemáticos da Bahia. Dados alarmantes foram apresentados, como a posição do estado na liderança do desmatamento do Cerrado, reforçando a necessidade imperiosa de ações

coordenadas e imediatas para reverter o cenário socioambiental. O momento foi marcado por uma troca rica e dialógica entre os debatedores e os participantes, fortalecendo o caráter coletivo da reflexão.

No período da tarde, um segundo bloco de discussão, mediado por advogados populares, dedicou-se a uma reflexão sobre os 30 anos de trajetória da Rede, avaliando conquistas, desafios e perspectivas. Em seguida, os encontristas se dividiram em um encontro auto-organizado sobre raça, estruturado em dois espaços complementares: um focado nas vivências de pessoas pretas, e outro voltado à reflexão crítica sobre a branquitude e seu papel como aliada na luta antirracista. Desses espaços, emergiu a necessidade de demanda por medidas concretas, como a ampliação da presença de pessoas negras e indígenas nos espaços de decisão, a construção de estratégias antirracistas institucionais e a promoção de formações continuadas sobre o tema.



Para encerrar o dia, foi realizado um significativo lançamento coletivo de obras que dialogam diretamente com a atuação da advocacia popular. As publicações apresentadas foram:

“IPDMS: Dossiê Pesquisa em Advocacia Popular na América Latina” (Revista Insurgência, v.11 n.2)

Organização: Luiz Otávio Ribas, Flávia Carlet e Freddy Ordóñez Gómez, em colaboração com a revista El otro derecho do ILSA.

“Praieira”

Autoria: Ana Lia Almeida.

“Advocacia Popular no MATOPIBA: Litígios Estratégicos e Desafios para Proteção da Sociobiodiversidade”

Realização: ATR, Observatório Fundiário do Oeste da Bahia e CPT.

“Nos Campos, Nas Ruas, Nas Lutas Permanentes: Turma Fidel Castro, Presente! Presente! Presente!”

Organização: Erika Macedo Moreira, Cleuton Cesar Ripol de Freitas, Silvana Beline e Sofia Alves Valle Ornelas.

“Direitos Humanos e Mediação”

Organização: Juspopuli, Governo do Estado da Bahia e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.

“Os Nós da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares: Concepção e Atuação no Rio de Janeiro”

Autoria: Ana Claudia Diogo Tavara.





Imagens: Encontro Nacional da RENAP, outubro de 2025. Salvador, Bahia. Itapuã. Arquivo/RENAP.

No dia seguinte, após uma mística de abertura, a terceira mesa temática debateu a intrínseca relação entre racismo, criminalização e violência contra as comunidades. O momento foi marcado pela brilhante exposição de Ana Flauzina, autora, compositora e professora, que, com uma abordagem interdisciplinar e interseccional, articulou de forma contundente as questões de raça, gênero e criminalização, gerando um debate rico e profundamente interativo. Sobre a dimensão de gênero, Ana destacou o alarmante número de feminicídios e a carga ideológica que sustenta essa violência, denunciando a realidade cotidiana em que as mulheres são obrigadas a viver em constante estado de alerta e a se protegerem ininterruptamente. Logo após, Iclênia Tuxá, liderança indígena e coordenadora na SJDHDS do Governo da Bahia, trouxe à tona as urgentes questões que afetam os povos originários no estado, traçando um

panorama da luta indígena atual e expondo os desafios estruturais que persistem.

Paralelamente às mesas de debate, ocorreu uma programação de oficinas que mergulhou em temas centrais para a luta popular. Os encontros puderam se aprofundar em questões como a criminalização dos movimentos sociais, a educação popular como ferramenta de transformação, os instrumentos de defesa dos direitos camponeses e a análise de conflitos socioambientais. Esses espaços práticos permitiram a troca de experiências e a construção coletiva de estratégias de enfrentamento, complementando e fortalecendo as discussões teóricas travadas nas mesas.

Esta sequência de atividades que integrou análise teórica, denúncia fundamentada e construção prática de ferramentas de luta consolidou um dia de intensa formação política e reforçou os laços entre os encontristas e movimentos presentes, demonstrando como as diferentes frentes de atuação



da advocacia popular estão interligadas na defesa dos direitos e na transformação social.

O dia foi marcado por espaços auto-organizados que fortaleceram as dimensões específicas da luta. Em um deles, discutiu-se a questão de gênero e que foi dividida em dois espaços distintos. Outro encontro significativo reuniu seis núcleos de Assessorias Jurídicas Universitárias Populares (AJUPs) de diferentes instituições de ensino superior do país: a AJUP Ituiutaba da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), a AJUP Roberto Lyra Filho da Universidade de Brasília (UnB), o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) da Universidade Federal de Goiás – Campus Goiás, o NAJUP Luiza Mahin da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o NAJUP Josiane Evangelista da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e o Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Neste espaço, os representantes compartilharam

experiências de atuação, debateram os desafios comuns inerentes à advocacia popular no âmbito acadêmico e traçaram encaminhamentos estratégicos para 2026, reforçando a importância do fortalecimento da formação jurídica popular nas universidades.

Por fim, é importante registrar que, ao longo dos intervalos e momentos de descontração, os participantes vivenciaram e se conectaram profundamente com a cultura local de Salvador. O contato com a música, a culinária e as histórias de luta que permeiam as ruas da cidade não apenas enriqueceram a experiência coletiva, mas também reafirmou que a construção da luta deve estar sempre enraizada nos saberes, nas vivências e na resistência cultural de cada território.

No dia 26 de outubro, o encontro culminou em uma plenária final dedicada aos encaminhamentos coletivos e à apresentação da Carta Política do evento, documento que sintetiza as lutas, análises e



compromissos assumidos pela Rede. Nesse espaço decisivo, foi aprovada com entusiasmo a realização do próximo Encontro Nacional na cidade de São Luís, no Maranhão, reafirmando o compromisso de seguir a luta em diferentes territórios do país.

A plenária também reservou espaço para uma avaliação crítica e propositiva. Foram discutidos pontos a serem melhorados para os próximos encontros, como a logística de acesso e a ampliação da participação de pessoas negras e LGBTQIAPN+ nas mesas de debate e facilitação de espaços. Identificaram-se, ainda, os desafios urgentes a serem superados, desde a crescente criminalização dos movimentos sociais até a necessidade de aprimorar a formação política interna, reforçando que a mobilização avança tanto pela celebração das conquistas quanto pelo enfrentamento consciente das dificuldades.

O encerramento foi marcado pela potente convicção de que a RENAP segue forte, viva e com imensa sede de luta. Mais do que uma

conclusão, o momento consolidou a percepção de que o encontro foi uma experiência singular e transformadora para todos que o vivenciaram. A confluência de atuações, histórias, culturas e sotaques, reunindo integrantes de 23 estados e das cinco regiões do Brasil, teceu um encontro muito potente. Esse panorama não apenas possibilitou uma troca de experiências profundas, mas também uma vivência coletiva marcante que fortaleceu os laços internos da rede, alimentou a esperança ativa e projetou encaminhamentos significativos para o futuro da luta popular.

Os debates deixaram evidente a importância crucial da advocacia e assessoria jurídica popular como instrumentos de defesa dos direitos e de transformação social. Sobretudo, reafirmou-se a práxis dos princípios freireanos que orientam a atuação da Rede. A horizontalidade no diálogo com os movimentos sociais parceiros foi vivida na prática ao longo de todos os dias, com a presença fundamental de lideranças e membros de diversos



movimentos e organizações coletivas, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Essa presença massiva reforçou o entendimento de que a luta é compartilhada e de que a atuação jurídica popular só se realiza plenamente quando organicamente vinculada às bases e às trincheiras dos movimentos.

Assim, findou-se o encontro não como um fechamento, mas como um potente ponto de partida. A Rede se despediu com o coração cheio, a mente alerta e as mãos calejadas, reafirmando o compromisso de construir, na prática e ao lado do povo, os trilhos concretos da justiça social e os passos firmes da liberdade.



Imagem: Encerramento do Encontro Nacional da RENAP. Outubro de 2025. Salvador, Bahia. Itapuã. Arquivo/RENAP.



No dia 06 de novembro de 2025 ocorreu, no Auditório da Associação

06 DE NOVEMBRO DE 2025 - LÉLIA GONZALEZ DOUTORA HONORIS CAUSA PELA UNB

Relatado por *Victor de Oliveira Martins*
Componente da Editoria Adjunta da Revista
Direitos Humanos e Transdisciplinaridade.
dos Docentes da Universidade de
Brasília (ADUnB), a Cerimônia de



Outorga de Título de Doutora Honoris Causa *post mortem* à Lélia Gonzalez. Como um dos cerimonialistas mencionou, o título de Doutora Honoris Causa é concedido àqueles que se distinguiram pelo saber ou pela atuação em prol das artes, da ciência, da filosofia, das letras ou do melhor entendimento pelos povos. A concessão foi aprovada no dia 09 de maio de 2025 pelo Conselho Universitário da UnB, por meio da Resolução nº 0035/2025.

Imagem 1 - Registro da cerimônia com a presença de Melina de Lima, neta e representante de Lélia Gonzalez, Rozana Naves, reitora da UnB, e Neuma Brilhante, diretora do Instituto de Ciências Humanas.



Fonte: UnB Notícias, 2025.

Qual importância podemos conferir à resolução e, mais especificamente, à cerimônia que ocorreu naquela quinta-feira na UnB? O auditório estava lotado, preenchido por estudantes, professores(as), militantes do movimento negro, jornalistas, figuras públicas, entre outros(as). O que nos unia naquele momento?

Certa vez, assisti a uma aula de Caia Coelho¹ na disciplina de Direito e Estudos de Sexualidade e Gênero na

¹ Caia Maria Coelho é uma travesti transfeminista, cineasta e pesquisadora. Atua como Diretora de Comunicação e Articuladora Política da Intersexo Brasil, Conselheira Técnico-Científica da Abeth (Associação Brasileira de Transhomocultura) e do CPT (Centro de Pesquisa Transfeminista). Além de integrar o Grupo de Trabalho de Memória e Verdade da População LGBTQIAPN+, instaurado no âmbito do Ministério dos

Direitos Humanos e Cidadania, também integra o Grupo de Trabalho Intersexo, no MDHC, e fez parte do grupo que revisou a Portaria do Processo Transexualizador pela primeira vez em uma década. Caia co-mapeou obras literárias publicadas por autores trans e travestis no Brasil, e co-fundou a plataforma Tela Trans, um arquivo travesti e trans do cinema nacional.



Faculdade de Direito da UnB (FD/UnB). A disciplina era ministrada pela professora Jef Oliveira², minha amiga e colega no Programa de Pós-Graduação em Direito da FD/UnB. Caia estava como convidada e sua participação era intitulada “Seminário: que história contamos? Reflexões sobre memória e Movimento LGBTQIA+”.

No início de sua intervenção, Caia explicou que alguns nomes, especialmente de intelectuais brancos europeus, apareceriam no decorrer de sua fala, a exemplo do filósofo Jacques Derrida que em muito lhe influenciava, mas que a sua base epistêmica se localizava centralmente em outro lugar: nas putas³. Ela citou um fenômeno que não raramente ocorre no ambiente acadêmico, no qual cientistas sociais realizam suas pesquisas com populações em contexto de violência (simbólica, econômica, social etc) e instrumentalizam os seus

conhecimentos (populares ou das ruas, das praças, dos becos...) para consolidarem sua empiria e ganharem seus títulos de doutorado e pós-doutorado. Mas, o conhecimento, essencialmente, é das putas, das travestis, dos indígenas, dos quilombolas, enfim, de todos(as) aqueles(as) quase sempre colocados(as) enquanto objetos de estudo, mas quase nunca como produtores de conhecimento.

Este não é um debate novo, é um debate que vem se atualizando conforme os grupos vítimas de epistemicídio, como apontou Sueli Carneiro (2023), organizam-se e revoltam-se. Em 1957, na sua Introdução Crítica à Sociologia Brasileira, Guerreiro Ramos (1995[1957]) já criticava o que ele denominava de “negro-tema”, ou seja, a abordagem reducionista e estigmatizada que a academia brasileira branca fazia de algo muito

² Jef Oliveira cursa Doutorado em Direito pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de Brasília, onde também é Mestre em Direito, Estado e Constituição. Tem

pesquisa com foco em gênero e sexualidade, questões raciais e interseccionalidades.

³ Termo que Caia utilizou em sua aula e que aqui reproduzo.



maior e mais complexo que ele chamava de “negro-vida”.

Quantos casos podemos apontar nessa direção? Em um dos seus textos mais famosos, “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica”, Lélia Gonzalez (2020) nos ensinou que as mulheres negras foram crucialmente responsáveis pela formação cultural da nossa nação. Ela explica que as mulheres negras, quando exerciam a “função materna”, introjetavam os seus valores (linguísticos, por exemplo) aos indivíduos que estavam sob seus cuidados, que eram os filhos brancos das sinhás. E elas faziam isso a partir do pretuguês⁴!

As mulheres negras na época e ainda hoje, considerando que elas representam 69,9% do serviço doméstico ou de cuidados no Brasil (IPEA, 2025), são menos intelectuais do que os doutores em Letras? Obviamente que não. Nem em

capacidade cognitiva e nem, como Lélia argumentou, em impacto sociocultural. Entretanto, construímos mecanismos formais de hierarquização de saberes, legitimados e geridos por instituições compostas por uma hegemonia racial profundamente enraizada pela branquitude. Fomentamos, nós acadêmicos, códigos de escrita que possuem um efeito incontornável de seleção e benefício daqueles que sabem decodificá-los. Quem domina as normas da ABNT⁵ domina a linguagem acadêmica.

No decorrer da fala de Melina de Lima, neta e representante de Lélia Gonzalez na cerimônia de outorga, percebemos como a trajetória da outorgada foi atravessada pelo dilema acima apresentado. A busca constante por unir teoria e prática, somada pela sobreposição de uma Lélia que simultaneamente construía o Movimento Negro Unificado (MNU) e disputava o espaço acadêmico,

⁴ O “pretuguês”, nos termos dela, é a “marca de africanização do português falado no Brasil” (2020, p. 115).

⁵ Associação Brasileira de Normas Técnicas.



mobiliza-nos a pensar que a titulação de Doutora Honoris Causa simbolizou o marco, ainda que pós-morte, de uma longa trajetória. Como Melina ressaltou no encerramento de sua fala: “Hoje, o Brasil reconhece oficialmente o que o povo negro já sabia: Lélia Gonzalez é Doutora e é eterna”⁶.

Por fim, não poderíamos deixar de refletir que, apesar de poder parecer que a outorga ocorreu “naturalmente”, Lélia Gonzalez tornou-se Doutora Honoris Causa por um processo de disputa, especialmente institucional. Uma disputa travada no interior da construção da resolução que outorgou o título à Lélia pelos membros da comitiva da outorgada, composta majoritariamente por professores negros e professoras negras. A mesma disputa, por exemplo, que tornou em 2022 Sueli Carneiro Doutora Honoris Causa pela Universidade de Brasília, tendo sido a primeira mulher negra outorgada pela instituição. A mesma

disputa que levou a UnB a aderir, pioneiramente, à política de cotas raciais no Brasil.

Apesar do ganho naquela quinta-feira de novembro, seguido pelo inesperado anúncio feito pela Reitora da UnB, Rozana Naves, de que o Centro de Convivência Negra da UnB levaria o nome de Lélia Gonzalez, a disputa continua no âmbito da referida instituição, mas também de todas as outras instituições de ensino superior no Brasil. No dia 10 de dezembro, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou o Projeto de Lei nº 753/2025, sob autoria do deputado Alex Brasil (PL), que propõe o fim da adoção de cotas e outras ações afirmativas pelas Instituições de Ensino Superior públicas ou que recebam recursos públicos no respectivo estado (G1, 2025). Não é tempo, portanto, de recuarmos, e faremos isso em homenagem à Lélia Gonzalez!

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O8GjT0YU-HQ>. Acesso em: 13 dez. 2025.



Imagem 2 - Lélia Gonzalez Doutora
Honoris Causa pela UnB!



Fonte: Correio Braziliense, 2025.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: RIOS, F; LIMA, M (orgs.). **Por um feminismo afrolatinoamericano: Ensaio, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Editora Schwarz, 2020.

RAMOS, Alberto Guerreiro.
Introdução crítica à sociologia

brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957].

G1. Fim das cotas raciais em SC: entidades questionam constitucionalidade de lei aprovada por deputados. **G1**, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/12/12/fim-das-cotas-raciais-em-sc-entidades-questionam-constitucionalidade-de-lei-aprovada-por-deputados.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2025.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mulheres negras são 69,9% no serviço doméstico ou de cuidados no Brasil. **IPEA**, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/15656-mulheres-negras-sao-69-9-no-servico-domestico-ou-de-cuidados-no-brasil>. Acesso em: 13 dez. 2025.

Figuras:



Figura 1 - **UnB Notícias**, 2025.

Disponível em:

<https://noticias.unb.br/institucional/81>

58-lelia-gonzalez-recebe-titulo-de-doutora-honoris-causa-pela-unb.

Acesso em: 13 dez. 2025.

Figura 2 - **Correio Braziliense**, 2025.

Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br>

/cidades-df/2025/11/7282864-unb-concede-titulo-postumo-a-lelia-gonzalez-orgulho-diz-filho.html.

Acesso em: 13 dez. 2025.